



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE
REUNIÃO DO COMITÊ ESTADUAL DE SEGURANÇA HÍDRICA

Rua Osvaldo Cruz 2366 - Dionísio Torres
Fortaleza, CE | CEP: 60125-151
Telefone(s): (85)3101-1242
(85)3101-1245

ATA N° 02 DA REUNIÃO DO COMITÊ ESTADUAL DE SEGURANÇA HÍDRICA

Ata da Reunião do Comitê Estadual de Segurança Hídrica, realizada no dia 15 de maio de 2013, às 9 horas, no auditório do CONPAM.

1 Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às nove horas, no auditório do
2 Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM), reuniu-se o Comitê Estadual
3 de Segurança Hídrica, com a presença dos seguintes membros: Alexandre Caetano da Silva
4 (ARCE); Antônio Wilson F. da Silva e Ricardo Rodrigues C. de Sena (CGCB/Defesa Civil);
5 Mário Fracalossi Júnior (Secretaria das Cidades); Francisco Rennys Aguiar Frota e Adail
6 Sena (COGERH); Eduardo Sávio Martins (FUNCEME); Jocélia Silva (IDECE); Klinger
7 Aragão Magalhães (IPECE); José Nelson Martins de Sousa (SDA); José Ricardo Araújo
8 Lima (SEMACE); Leão Montezuma (SOHIDRA); César Pinheiro (SRH). O Senhor César
9 Pinheiro cumprimentou todos e deu por aberta a sessão dizendo que irá substituir o Senhor
10 Paulo Henrique Lustosa, presidente deste Comitê. O Senhor César Pinheiro deu
11 continuidade pedindo que todos se apresentassem, já que a sessão estava sendo gravada.
12 Após a apresentação dos membros presentes, houve apreciação do seguinte item de pauta:
13 1. Apresentação do Termo de Referência do Plano de Segurança Hídrica. O Senhor Rennys
14 Frota falou que o Senhor Adail Sena apresentará um dos documentos já assumidos junto ao
15 Banco Mundial como índice de desembolso e disse também que a instalação deste Comitê
16 que já está aqui em segunda reunião foi um marco zero. Então o Senhor Adail Sena que
17 está fazendo assessoria de gestão ambiental preparou junto ao Senhor Gunas do Banco
18 Mundial algumas contribuições que foram repassadas para os órgãos que compõem este
19 Comitê. Estes mandaram as suas contribuições e o Senhor Adail Sena fez as inserções no
20 processo apresentando, nesta sessão, o Termo de Referência do Plano de Segurança
21 Hídrica por meio de projeção. O Senhor Adail Sena iniciou a apresentação falando sobre a
22 importância do Plano, falou que este Termo de Referência é, sobretudo, um plano de
23 contingência, que prevê e estabelece algumas diretrizes com relação a contingência ou
24 ações proativas ambientais e hidrológicas e ações emergenciais. Ele também é um Plano
25 integrado, pois une quantidade e qualidade. Continuou dizendo que hoje há várias

26 atividades que avançaram muito, sobretudo as atividades de envasamento de água. Falou
27 sobre as discussões com o Banco Mundial, que inicialmente queria que o Plano abrangesse
28 o Estado inteiro, mas este foca em algumas regiões como a bacia do Acaraú (escolhido por
29 ser uma bacia independente e ter sofrido crescente degradação na qualidade da água nos
30 últimos anos), a Bacia do Rio Salgado (por ser um manancial de água subterrânea
31 importante) e das Bacias Metropolitanas (pois abastecer cerca de mais de 5 milhões de
32 habitantes). Então o plano define políticas e competências de um Sistema de Gestão de
33 Qualidade da Água. Disse que são 12 regiões hidrográficas, dando destaque para a Bacia
34 do Acaraú. O Senhor Rennys Frota pediu licença e falou que além da Bacia metropolitana,
35 está se considerando as interferências da Bacia do Jaguaribe com a metropolitana. O
36 Senhor Adail Sena retomou fazendo uma prévia do que seria explanado durante a
37 apresentação. Disse que falaria sobre os objetivos, contextualização feita pelo termo de
38 referência, o avanço territorial e crescimento da população, das reservas superficiais e
39 subterrâneas, falou sobre a necessidade da integração deste conhecimento das reservas
40 subterrâneas, fazendo-se necessária uma avaliação e integração dos vários sistemas
41 existentes. Fez uma descrição sobre o clima, sobre como está sendo feita a gestão dos
42 recursos hídricos nos últimos anos, dispõe sobre os arranjos institucionais. Detalhou os
43 objetivos geral e específicos. Destacou a caracterização da Bacia do Rio Salgado e seus
44 problemas. Também deu enfoque para a Bacia Metropolitana listando as várias atividades
45 desenvolvidas nesta Bacia. Enfatizou sobre a colaboração de várias instituições para
46 elaboração deste Termo de Referência. O Senhor Rennys Frota disse que é importante
47 detalhar mais sobre o termo para que os presentes tenham conhecimento sobre o que está
48 sendo proposto neste processo e para que os presentes possam fazer algumas
49 intervenções, já que nem sempre quem redige o documento tem a condição de fazer sua
50 revisão e pediu que os presentes fizessem as colocações e sugerissem as alterações que
51 achassem pertinentes. O Senhor Adail Sena concordou e deu continuidade à apresentação
52 fazendo a leitura e detalhando sobre os objetivos gerais e específicos do termo. Falou sobre
53 as informações que muitas instituições possuem, mas que este conhecimento não é
54 compartilhado. Falou sobre a proposta de enquadramento da bacia dos rios Pacoti, Riachão
55 e Gavião que será feita juntamente com o Banco. Disse que o Banco queria fazer o
56 enquadramento do Estado todo e disse que para enquadrar não é tão fácil. Quando da
57 explanação sobre os objetivos específicos o Senhor Eduardo Martins destacou que neste
58 ponto há um problema metodológico, pois não há metodologia para este tipo de
59 enquadramento no semiárido e disse inclusive que no Brasil não há especialistas técnicos e
60 propôs que o banco entre com essa assistência. O Senhor Adail Sena disse que o Banco se
61 propôs a isto, mas questionou sobre quando essa assistência técnica vai chegar. O Senhor
62 Rennys Frota complementou dizendo que a ideia era que esse plano já viesse como uma
63 proposta e que usasse a assistência técnica do Banco nos desdobramentos da proposta, ou
64 seja, no campo, na efetivação e que se está conversando com o Banco para em maio deixar
65 um arcabouço de intervenções mapeadas e que o próximo governo possa se apropriar
66 deste trabalho, priorizando-o para os próximos anos. O Senhor Rennys Frota disse ainda

67 que quem se apropriar desse documento precisa se apropriar desta gestão integrada e
68 participativa que vem sendo feita dentro do sistema de gestão de recursos hídricos. O
69 Senhor Mário Fracalossi disse que estão em discussão as propostas com base em
70 parâmetros de enquadramento e que a partir daí constrói-se um horizonte temporal. Disse
71 que em outra época não deu certo, mas que se deve continuar tentando. O Senhor Rennys
72 Frota perguntou o que o Senhor Mário Fracalossi sugere e este respondeu que é necessário
73 desvincular, mas que isto não deve ser um pré-requisito para desencadear as outras ações.
74 O Senhor Adail Sena disse que o Banco inseriu isto dentro do Plano, porém ele acha que
75 deve ficar fora. O Senhor Mário Fracalossi concordou dizendo que é algo bastante
76 complexo, que é uma ação que precisa ser feita em paralelo com a sociedade. O Senhor
77 Adail Sena retomou dizendo que continuou no documento final e nós precisamos estar com
78 o Plano de Segurança Hídrica elaborado em março do próximo ano. A Senhora Maria Dias
79 afirmou que já foi feita uma proposta de ajuda técnica. O Senhor Rennys Frota sugeriu uma
80 nova tentativa com o Banco, dizendo que o interesse é de um documento para uso e não
81 para prateleira. O Senhor Adail Sena disse que ficou certo com o Banco discutir e não
82 enquadrar, mas diz que será discutida a proposta de enquadramento. A Senhora Maria Dias
83 disse que a questão é na forma como está escrito “Com base em propostas de
84 enquadramento”. O Senhor Rennys Frota sugeriu ao invés de “Com base em proposta”
85 escrever “discutir parâmetros de qualidade de água para os sistemas hídricos existentes,
86 bem como proposta de enquadramento”. O Senhor Adail Sena continuou explanação sobre
87 os objetivos específicos e falou que com relação a integração destes planos existe uma
88 pressão muito grande com relação ao lançamento de efluentes em corpos hídricos e que
89 aqui ainda não há legislação estadual para isso. Lembrou que pela legislação estadual de
90 recursos hídricos está bem claro que o Conselho Estadual deve ditar uma resolução
91 baseada em padrões de lançamento. Falou que a pressão para outorga é muito grande e
92 que isto deve ser discutido o quanto antes. Falou que o Banco citou sobre as deficiências
93 em técnicos que a SRH tem hoje e considerou que o Plano deve estar pronto já em março
94 do próximo ano e que o cronograma físico é de 12 meses. Como não se tem mais 12
95 meses, propôs uma redução para 10 meses, já que isso salvo engano é um condicionante.
96 O Senhor Rennys Frota propõe uma intervenção conjunta com o IPECE para alteração dos
97 prazos para junho, para que o documento fique realmente da maneira que se imaginou, com
98 qualidade. O Senhor Adail Sena colocou que prefere a manutenção dos prazos já
99 estabelecidos. A Senhora Maria Dias diz que acha que dá para ser feito. O Senhor Rennys
100 Frota discordou dizendo que o prazo não seria suficiente, pois até setembro estaria-se
101 finalizando a visitação e disse que para fazer o trabalho ficariam seis meses (outubro a
102 março) e acha que talvez não seja possível a realização do trabalho em apenas seis meses.
103 O Senhor Adail questionou se poderia levar em consideração a situação emergencial, sob o
104 ponto de vista jurídico. O Senhor Rennys Frota colocou que para estudo não faz sentido. O
105 Senhor Eduardo Martins acrescentou que o horizonte final é 2030 e questionou se há algum
106 mecanismo de atualização ou revisão do plano. O Senhor Adail Sena diz que isto não foi
107 pensado, mas que há um sistema para criação de uma integração e que dentro deste

108 sistema pode ser feita uma revisão. A Senhora Maria Dias sugere uma revisão a cada 4
109 anos. Adail sugere acrescentar isto dentro dos objetivos específicos. O Senhor Rennys
110 Frota retornou à questão do prazo e questionou se os consultores conseguiriam fazer o
111 trabalho em seis meses. O Senhor Eduardo Martins disse que se for bem pago faz. O
112 Senhor Adail Sena falou que sim, pois disse que foi feito o plano de gerenciamento das
113 águas com uma empresa que tem conhecimento e que este estudo é mais para levantar o
114 que o Estado já tem. Este possui muitas informações que estão fragmentadas em
115 instituições como as Universidades, o IPECE, a SEMACE, dentre outros. Falou que é
116 necessário unir as informações e fazer uma análise. Muitos dos presentes falam sobre as
117 dificuldades de reunir estas informações, pois estas não se tornam públicas e acrescentou
118 que um problema encontrado é o fato de que muitas instituições não querem compartilhar as
119 informações. O Senhor Rennys Frota concordou com a colocação do Senhor Adail Sena
120 que retomou sua fala dizendo que a própria SEMACE possui muitas informações importante
121 e que todos os estudos já feitos pelas muitas instituições que nós temos precisam serem
122 levados em consideração. A Senhora Maria Dias falou que se pedir urgência junto à PGE
123 esta solicitação é alcançada. O Senhor Adail Sena retomou a apresentação falando sobre
124 as visitas técnicas, descrição e caracterização das bacias. Falou que são necessárias visitas
125 de campo, informações sobre o relevo, a vegetação, hidrologia, precipitação, zonas de
126 recarga, evaporação e seus fatores determinantes, análise de qualidade das águas,
127 definição de rede amostral das bacias hidrográficas, profundidade e número de pontos. O
128 Senhor José Ricardo Araújo falou que a SEMACE possui convênio com a CAGECE,
129 fazendo muitas atividades em parceria. O Senhor Adail Sena prosseguiu falando sobre o
130 índice da qualidade da água dos reservatórios, classificação do estado trófico e deixou claro
131 a importância das ações para melhoria da qualidade trófica. Falou sobre as preocupações
132 com o uso e ocupação, sendo necessário o acompanhamento dos Planos Diretores de
133 Desenvolvimento Urbano e que para conciliar a expansão e tratamento correto às Bacias é
134 necessária a inserção dos municípios e a melhoria do Comitê de Bacias, já que os
135 municípios precisam ter maior participação neste Comitê. O Senhor José Ricardo Araújo
136 retomou dizendo que no meio rural a SDA também tem que ter uma grande
137 responsabilidade com relação, por exemplo, à agricultura praticada nas margens das
138 Bacias. O Coronel Ricardo Sena falou sobre a inserção da APRECE e o Senhor Adail Sena
139 disse que esta já está se inserindo mais nestas questões. Com relação ao Plano Diretor, o
140 Senhor Adail disse que cerca de 50 municípios cearenses o apresentam e que muitos estão
141 sendo atualizados neste momento. Falou sobre a dinâmica demográfica que é muito
142 acentuada fugindo do controle do que já está sendo projetado via IBGE e IPECE. O Senhor
143 José Ricardo Araújo comentou sobre o problema de Limoeiro do Norte pois estão querendo
144 fazer um distrito industrial no rio. O Senhor Rennys Frota falou que o mais importante do
145 documento é a definição dos locais de proteção das inserções desses gestores de ocasião
146 (novas gestões) e enfatizou sobre a necessidade de estudos de delimitação para solucionar
147 esses os problemas. O Senhor Adail Sena prosseguiu falando sobre as atividades
148 impactantes. O Senhor José Ricardo Araújo comentou sobre o convênio entre SEMACE e

149 COGERH. Falou que para alguns açudes a COGERH fazia o diagnóstico e cabia a
150 SEMACE fiscalizar e que no relatório eram mostradas todas as fontes poluidoras. O Senhor
151 José Ricardo Araújo falou que quando vai ser realizada a fiscalização a SEMACE encontra
152 dificuldades, por exemplo, quando se depara com alguns pescadores que não aceitam a
153 ação, sendo necessário auxílio policial para sua execução e que, por isso, é importante uma
154 política pública integrada. O Senhor Rennys Frota disse que exatamente um dos focos do
155 Banco nas reuniões era exatamente isso e diz que a matricialidade do Estado é uma das
156 funções que no texto tem um poder de atrair as iniciativas e mostrar um norte. O Senhor
157 César Pinheiro disse que em uma reunião com o governador e com os sem terra, estes
158 querem simplesmente o uso de todas as margens dos rios perenizados. O Senhor José
159 Ricardo Araújo falou que isto é contra a lei. O Senhor Eduardo Martins comentou sobre a
160 questão dos parâmetros e da definição da estrutura de monitoramento, dizendo que esta
161 deve ser repensada no programa de qualidade da água. O senhor Rennys Frota disse que,
162 com relação às campanhas, esta é uma questão ainda embrionária, pois mostra que ocorreu
163 o problema, mas não sinaliza. O Senhor Eduardo Martins acrescentou dizendo que até
164 mesmo o horário em que o monitoramento será realizado é importante para se ter um
165 diagnóstico preciso. O Senhor Rennys Frota disse que tem uma outra ação dentro desse
166 projeto que estava dentro da área de atuação da COGERH, que já tinha sido aprovada pelo
167 conselho de administração da COGERH e pelo governador com o MAPP que será utilizado
168 um sistema de monitoramento por telemetria nos reservatórios que compõem a Bacia
169 Metropolitana, do Banabuiú e do Castanhão, ação relevante na indicação do estado trófico.
170 O Senhor Eduardo Martins pediu para o Senhor Adail Sena repetir o que ele havia dito
171 recentemente nesta apresentação para esclarecer algumas dúvidas. O Senhor Eduardo
172 Martins colocou também que não há um parâmetro de laboratório e falou sobre a
173 necessidade da integração das redes de laboratório, já que não há um padrão. O Senhor
174 César Pinheiro e o Senhor José Ricardo Araújo falaram sobre os laudos falsificados que
175 estão sendo emitidos. O Senhor Adail Sena retomou a apresentação dizendo que é
176 necessário levar em consideração os planos que alguns municípios já apresentam e falou
177 novamente que a CAGECE possui muitas informações importantes. Falou sobre os estudos
178 básicos de vetores de impactos, capacidade de suporte de carga e disse que há poucos
179 recursos. O Senhor Klinger Aragão falou sobre a ausência, especificamente, do cenário do
180 ponto de vista climático, que, em sua opinião pode levar a alterações. O Senhor Rennys
181 Frota propôs acrescentar o cenário de clima e comentou também que o plano será
182 apresentado a instituições que tensionem as públicas para tomada de decisões. O Senhor
183 Adail Sena retomou falando sobre a proposta de enquadramento. O Senhor Eduardo
184 Martins propôs retirar o item 10.5.1. O Senhor Rennys Frota propõe inserir neste item o
185 nome dos corpos d'água "Pacoti, Riachão e Gavião". O Senhor Adail Sena comentou sobre
186 os relatórios. A Senhora Maria Dias sugeriu a expressão "Elaboração da Proposta de
187 Classificação dos Corpos D'Água". O Senhor Eduardo Martins disse que o item 10.5.1 não
188 faz sentido. A Senhora Maria Dias disse que em sua opinião ficaria classificação para
189 assistência técnica. O Senhor Alexandre Caetano da Silva propõe a substituição da

190 expressão “Classificação dos Corpos D’Água” por “Caracterização dos Corpos D’Água”. O
191 Senhor Adail Sena ficou responsável por redesenhar a proposta o item 10.5.1. Os presentes
192 aprovaram o termo. A Senhora Maria Dias dá um informe, dizendo que na última reunião do
193 banco mundial, além do decreto, pediu um regimento para que eles considerem como
194 cumprida a tarefa. A Senhora Maria Dias questionou sobre como deveriam ser feitos os
195 trabalhos. Os Senhores Mário Fracalossi, César Pinheiro, José Ricardo Araújo e Rennys
196 Frota propuseram elaboração de minuta e que posteriormente esta seja examinada em
197 reunião. O Senhor Mário Fracalossi propôs quinze dias para elaboração da minuta. O
198 Senhor César Pinheiro sugeriu a elaboração da minuta a partir de uma adaptação do
199 regimento do CONPAM. Como encaminhamento foi proposta a elaboração da minuta. Como
200 pauta foi estabelecido: 1. Aprovação e discussão da minuta do regimento. 2. A definição do
201 calendário de reuniões deste Comitê. A próxima reunião foi marcada para o dia 11 de junho.
202 Em seguida, o Senhor César Pinheiro de Sousa parabenizou o Senhor Adail Sena pela
203 explanação, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, da qual, para
204 constar, eu, Fátima Aurilane de Aguiar Lima, estagiária da Coordenadoria de
205 Desenvolvimento Sustentável do CONPAM, lavrei a presente ata que, se aprovada, será
206 assinada pelos membros do Comitê Estadual de Segurança Hídrica.

207

208

209

Fortaleza, 15 de maio de 2013.